

**EDUARDO PRADO COELHO E A CRÓNICA COMO ESPAÇO PARA
PENSAR A CULTURA**

**EDUARDO PRADO COELHO AND THE CHRONICLE AS SPACE TO
THINK ABOUT CULTURE**

Susana Pimenta¹

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
spimenta@utad.pt

Daniela Fonseca²

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
dfonseca@utad.pt

RESUMO: A cultura, um campo de tensões políticas e sociais, pouco discutido no espaço público e para o grande público, tem nas crónicas de Eduardo Prado Coelho (1944-2007)

¹ Susana Pimenta é doutorada em Ciências da Cultura (2016), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. É autora de *Dinâmicas coloniais e pós-coloniais. Os casos de Reis Ventura, Guilhermina de Azeredo e Castro Soromenho* (2018) e co-editora de *Camilo: o homem, o génio e o tempo* (2017), *Camilo: o homem, o génio e o tempo II* (2018), *Portugal na (e no tempo da) Grande Guerra* (2018) e *O mundo colonial português: representações, memórias e heranças* (2023). Atualmente leciona na área das ciências da cultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e na área das culturas lusófonas no Instituto Politécnico de Bragança. É membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho. A pesquisa centra-se nas áreas dos estudos de cultura e dos estudos pós-coloniais, em particular em torno das representações culturais e da memória cultural.

² Daniela Esperança Monteiro da Fonseca. Licenciada em Comunicação Social (2000) e Mestre em Ciências da Comunicação (2004), pela Universidade do Minho. É doutorada, desde 2014, em Ciências da Comunicação, pela UBI. Trabalhou, durante 2 anos, como assessora de imprensa no Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (Porto), e leciona, desde 2007, na UTAD. Foi diretora do Mestrado em Ciências da Comunicação, de 2017-2021 e vice-diretora da licenciatura em Comunicação e Multimédia, no mesmo período. É investigadora integrada do CECS, desde 2021, e foi investigadora Labcom, de 2011-2021. Fez parte do Conselho-Geral da UTAD, de dezembro de 2020 a 14 de maio de 2021, tendo sido eleita para as funções de Secretária do órgão, de janeiro de 2021 até 14 de maio, data em que tomou posse como Pró-reitora para a Cultura, Comunicação e Imagem.

um lugar privilegiado. Este artigo tem o propósito de analisar a coletânea *Crónicas: política e cultura* (2019), de forma a problematizar o papel da crónica no jornalismo cultural e reconstruir o paradigma cultural que Prado Coelho ambicionou para Portugal. As *Crónicas*, publicadas ao longo de vários anos na imprensa, afiguram-se como exemplo de um espaço (porventura ainda) útil, público e crítico, onde o autor, de forma simples e acutilante, dissecou as políticas culturais portuguesas, numa visão *glocal* daquilo que considerava ser a *cultura*: um direito essencial a todos(as).

PALAVRAS-CHAVE: Eduardo Prado Coelho, crónica, cultura, jornalismo cultural.

ABSTRACT: Culture, a field of political and social tensions, little discussed in the public space and for the general public, has in the chronicles of Eduardo Prado Coelho (1944-2007) a privileged place. This article aims to analyse the collection *Crónicas: política e cultura* (2019), in order to reconstruct the cultural paradigm that Prado Coelho aspired to for Portugal. The *Crónicas*, published over several years in the press, appear as an example of a (perhaps still) useful, public and critical space, where the author, in a simple and sharp way, dissected the Portuguese cultural policies, in a *glocal* vision of what he considered to be *culture*: an essential right to all.

KEYWORDS: Eduardo Prado Coelho, chronicle, culture, cultural journalism.

Introdução

Eduardo Prado Coelho (1944-2007), professor jubilado da Universidade Nova de Lisboa, ocupou cargos em instituições políticas e culturais que lhe permitiram ter uma visão próxima dos problemas e das soluções do panorama cultural português. Para além da academia portuguesa, Prado Coelho integrou o Departamento de Estudos Ibéricos da Universidade de Sorbonne Paris III (1988-1989). Foi diretor-geral de *Acção Cultural* no *Ministério da Cultura*, em 1975-76; conselheiro cultural na *Embaixada de Portugal* em Paris, de 1989 a 1998; diretor do *Instituto Camões*; comissário para a Literatura e o Teatro da Europa Portuguesa, em 1990; entre outros. Depois da sua estadia em França, o escritor passa a integrar Conselho Superior do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM), o Conselho de Opinião da Radiodifusão Portuguesa e o Conselho de Opinião da Radiotelevisão Portuguesa.

A obra de Prado Coelho, enquanto académico e intelectual, é vasta, destacando-se aqui *Os Universos da Crítica* (1982), vários livros de ensaios, como *O Reino Flutuante* (1972), *A Palavra sobre a Palavra* (1972), *A Letra Litoral* (1979), *A Mecânica dos Fluidos* (1984), *A Noite do Mundo* (1984), e o diário *Tudo o que não Escrevi* (1991, 1992). Publicou ainda *Fio da Modernidade* (2004), *Diálogos sobre a Fé* (2004), *Situações de Infinito* (2004) e *A Razão do Azul* (2004). Finalmente, publicou *Nacional e Transmissível* (2006), sobre características da identidade nacional portuguesa, e *Olha para Mim* (2006). É de salientar que, em 1996, recebeu o Grande Prémio de Literatura Autobiográfica da Associação Portuguesa de Escritores e, em 2004, o Grande Prémio de Crónica João Carreira Bom. Prado Coelho colaborou em diversos jornais e revistas, mas é com o jornal *Público* que mantém uma ligação mais assídua, desde a fundação do jornal até à sua última crónica em 2007. Em 2004, lança *Crónicas no Fio do Horizonte*, uma coletânea de textos publicados no referido jornal.

As crónicas, escritas ao longo de vários anos na imprensa, afiguram-se como exemplo de um espaço (porventura ainda) útil, público e crítico, onde o autor, de forma simples e acutilante, dissecou as políticas culturais portuguesas, numa visão global daquilo que considerava ser a cultura: um direito essencial a todos(as). Este artigo tem o propósito de analisar a coletânea *Crónicas: política e cultura* (2019), publicada postumamente, por

forma a reconstruir o paradigma cultural que Eduardo Prado Coelho ambicionou para Portugal e a problematizar a função da crónica no âmbito do jornalismo cultural.

Crónicas: política e cultura (2019) é um projeto editorial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, com a organização e notas de Margarida Lages, reservados os direitos autorais aos Herdeiros de Eduardo Prado Coelho. António Mega Ferreira assina o prefácio ao qual lhe dá o título de “A cultura, precisamente”. Trata-se, antes de mais, de um projeto editorial que visa perpetuar no tempo e no espaço o pensamento e a escrita cronística de Eduardo Prado Coelho para além do lugar original, ou seja, para além do jornal *Público*, que, pelas suas características materiais e editoriais, se tornaria efémero. O livro consolida a presença do autor e o mercado editorial permite uma maior durabilidade das obras, embora ditada pela crítica, pelas vendas e pelo público leitor³. “O que fica do que passa?” – escreveu um dia Prado Coelho – diga-se que por ora fica em livro, porque, como o escritor referiu em *A razão do azul*, “cada livro é sempre a promessa de uma palavra definitiva – não a última, mas a primeira” (Coelho, 2004, p. 19).

As crónicas, agora reunidas por Margarida Lages, têm um cunho jornalístico, na medida em que se expõem temas da atualidade, respeitando a periodicidade, a brevidade e a espontaneidade, estabelecendo também, e de certa forma, uma relação pedagógica com o próprio leitor, caracterizado por Lages como “um tu mais ou menos indefinido, mas reconhecível” (Coelho, 2019, p. 10). Se não fossem crónicas, seriam lições. A proximidade com o leitor é recorrente, numa relação dialógica, como comprova o trecho da crónica “De corpo perdido”: “Temo que o leitor, ao atingir este delicado ponto da crónica que nesta semana lhe proponho, comece a colocar seriamente a questão de saber se o cronista terá definitivamente enlouquecido. Talvez” (Coelho, 2019, p. 25).

A crónica – enquadramento conceptual

Susana Rotker, em *La invención de la crónica* (2005), refere que a crónica é um texto híbrido, marginalizado e marginal, “que no suele ser tomado en serio ni por la institución

³ Um outro projeto editorial que visa a *durabilidade* da crónica é *Quotidiano instável. Crónicas (1968-1972)* (2019), de Maria Teresa Horta, com prefácio e recolha de textos por Ana Raquel Fernandes. Fernandes escreve que “A crónica é um elemento-chave para um melhor entendimento da obra ficcional de Maria Teresa Horta. (...) O presente volume constitui, assim, um esforço de resgate de textos que são uma porta de entrada para a sua ficção” (Horta, 2019, p. 10), sobretudo *Ambas as mãos sobre o corpo* (1970), que, curiosamente, Eduardo Prado Coelho considerou uma obra-prima.

literária ni por la periodística, en ambos casos por la misma razón: el hecho de no estar definitivamente dentro de ninguna de ellas” (2005, p. 225). O que frequentemente é apontado como um problema é, de facto, uma característica da crónica já reconhecida: o discurso híbrido.

Carlos Reis, no *Dicionário de estudos narrativos* (2018), define a crónica como “um género narrativo em que se relata, de forma breve e em termos subjetivos, um episódio singular, um incidente ou uma ação observados no quotidiano do cronista” (2018, p. 69). Também na tentativa de uma (im)possível definição de “crónica”, um género narrativo híbrido por excelência, Ana Prata refere que, o cronista, de forma “descomprometida”, “visa provocar a reacção do leitor, funcionando a crónica como uma reflexão crítica sobre um determinado estado de coisas”, acrescentando que “as crónicas são textos que vivem das situações provenientes do meio que os rodeia e que, em geral, manifestam uma implicação social muito forte” (Prata, 2010, p. 27). Por outro lado, sabe-se que “as crónicas podem apenas ser consideradas como textos sequenciais, na medida em que aparecem com certa regularidade nos jornais, tornando-se a crónica num texto ‘crónico’, isto é, passa a ser conteúdo permanente do jornal” (Prata, 2010, p. 27). Evocado por Prata, Romano de Sant’Anna descreveu o papel do cronista: “cronista é crônico, ligado ao tempo, deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele” (Prata, 2010, p. 27). Geralmente, as crónicas, “textos independentes e de carácter fragmentário (...) inspirados pela actualidade, [levam a cabo] uma reflexão individual do autor que pode frequentemente assumir contornos pedagógicos ou de teor político e de crítica social” (Prata, 2010, p. 28). Por sua vez, Ruth Navas acredita “[n]a relevância da Crónica para a formação de leitores críticos e participativos na sociedade contemporânea” (Navas, 2010, p. 57). Neste sentido, a crónica é um espaço de serviço público, em particular na educação e formação dos cidadãos.

A crónica é o que se designa por género híbrido que pode ser dividido em várias categorias — desportiva, política, literária, humorística, cultural, etc., — convergindo, eventualmente, num ponto: o texto diz mais do autor que do tema abordado. Em tempos, José Saramago, numa entrevista concedida a Carlos Reis, referia que para se entender o homem que ele é, “há que ir às crónicas” (Reis, 1998, p. 42). Nas palavras de Saramago, “as crónicas dizem tudo (e provavelmente mais do que a obra que veio depois) aquilo que sou como pessoa, como sensibilidade, como percepção das coisas, como entendimento do mundo: tudo isso está nas crónicas” (Reis, 1998, p. 42).

Também o jornalismo cultural se define “como espaço de produção intelectual, com uma forte presença autoral, opinativa e analítica que extravasa as fronteiras da mera cobertura noticiosa” (Silva & Silva, 2017, p. 91). Não serão as crônicas de Eduardo Prado Coelho testemunhos do seu pensamento? António Mega Ferreira cria o seu prefácio afirmando que “Se tivesse vivido na primeira metade do século passado, ou mesmo no final do século XIX, Eduardo Prado Coelho teria passado à posteridade como jornalista, tão contínua foi a sua presença” (Coelho, 2019, p. 5) na imprensa portuguesa. O escritor-cronista pertence ao que se poderia denominar “jornalismo cultural” português, pela frequência e “pela descomplexada participação no espaço público” (Coelho, 2019, p. 5), “feita mais de interrogações do que de conclusões” (Coelho, 2019, p. 7), “numa constante procura do que se esconde por baixo das aparências imediatas, aquilo que mais importa ensaiar, na procura de um sentido existencial, um testemunho da nossa humanidade: a cultura, precisamente” (Coelho, 2019, p. 8), assim o definiu António Mega Ferreira.

As crônicas de Eduardo Prado Coelho foram (e são agora em livro) um espaço de resistência, de reflexão, em prol de um serviço público em espaço público, tal como as crônicas, enquanto género, são genericamente definidas por Prata: “testemunhos na medida em que, por um lado, fixam a memória de uma época precisa, datada. Por outro lado, são pretextos porque procuram agir sobre a realidade sobre a qual meditam. (...) reveste por vezes um valor de militância” (Prata, 2010, p. 33). Prado Coelho era um militante da cultura (curioso, crítico ou tudólogo!). Pedro Mexia (2007), em “O último crítico”, publicado no jornal *Público*, considera Prado Coelho “uma pessoa com uma imensa curiosidade pelo mundo”. Na opinião de Mexia,

O mérito objectivo de Prado Coelho foi também esse: acompanhou e divulgou os grandes debates intelectuais das últimas décadas. Se havia uma sensação de excesso bibliográfico, de obsessão pela novidade, de resumos de badanas, também encontrávamos um genuíno entusiasmo pela discussão das ideias, um entusiasmo que manteve até ao fim, em livros como *O Fio da Modernidade* e *Situações de Infinito* (ambos de 2004). (Mexia, 2007, s/p)

Autodefinindo-se como um “tudólogo”, Prado Coelho era, por um lado, um intelectual atento às novidades, numa “obsessão” pelo livro. Apesar disso, o cronista escritor era também sensível às mudanças e transformações do meio cultural envolvente,

como também se autodefiniu: “sentado dos dois lados do oceano: por um lado, sinto-me leitor, por outro sou o escritor que lê antes de escrever o que eu próprio escrevo. Sou, és, ele é alguém que move o mar – mar sempre recomeçado” (Coelho, 2019, p. 22). Por outro lado, é enquadrado por António Araújo, na obra *Da direita à esquerda: cultura e sociedade em Portugal, dos anos 80 à actualidade* (2016), não empenhado “na transformação do mundo e na construção de grandes utopias” (Araújo, 2016, pp. 35-36); ou, de outra forma proposta, foi, assim, um homem com os pés assentes na terra.

A obra de Eduardo Prado Coelho não esmoreceu; o legado vai ganhando vida com estes projetos editoriais e culturais que ele tanto prezava, tal como nas palavras de Gonçalo M. Tavares, “uma atividade será tanto mais valiosa quanto mais as coisas por ela originadas durarem no tempo” (Tavares, 2019, p. 163). Prado Coelho pode dispensar apresentações, mas nunca é demais lembrar que foi um dos intelectuais portugueses que mais interveio publicamente na área da cultura (e com ele estiveram Vasco Graça Moura ou Vasco Pulido Valente).

As crónicas de Eduardo Prado Coelho – um paradigma cultural

João Barrento, no capítulo “O silencioso trabalho das chamas e a pirotecnia cegante”, publicado em *A cultura na primeira página* (Batista, 2017), aponta para o abandono da relação entre obra e crítica, por parte do jornalismo cultural, denunciando a falta de reflexão crítica que existe na apresentação de novos produtos culturais. Nas palavras do autor, a crítica “está a perder terreno em favor de uma visão acrítica, festiva, fulanizada, superficial, indiferenciadora da obra de que se fala” (Barrento, 2017, p. 31).

Também Eduardo Prado Coelho priorizava uma reflexão crítica fundamentada e demonstrava grande preocupação com os produtos oferecidos e consumidos pelos públicos. O cronista não construiu grandes utopias, mas carregava consigo uma “espécie de utopia” (Coelho, 2019, p. 112) por exemplo, onde a televisão não monopolizasse o tempo do ser humano e servisse antes o público com conteúdos verdadeiramente úteis (filmes, debates sérios, reportagens, programas culturais) e até fúteis, desde que “entrassem de forma acessível e digna, não com o objetivo de nos ensinar, mas com a preocupação de nos tornar mais inteligíveis os mecanismos do mundo” (Coelho, 2019, p. 113). Utopia ou um mundo possível?

Muito embora a crónica fosse pensada para o “grande público” e com intuito essencialmente de comentar a atualidade, a verdade é que, no caso de Prado Coelho, esta não obsta à convocação de questões de maior fôlego, paradoxalmente numa narrativa breve, lúcida e transversal nas temáticas que aborda, a saber, o estado da cultura e das artes (em particular a literatura ou a música), a iliteracia social e a(s) política(s) cultural(ais) nacional(ais) e estrangeira(s).

Nas crónicas de Prado Coelho existe uma especial atenção ao livro, aos leitores e aos rituais de leitura. Várias são as ocorrências que espelham a obsessão pelo livro. A título de exemplo, na crónica “De corpo perdido”, o cronista revela uma paixão pelo livro-objeto e apresenta “uma tese um pouco provocatória: mais do que ensinar a ler bem, ou ensinar a ler muito, o que é preciso é fazer que se desenvolvam e multipliquem os rituais de leitura” (Coelho, 2019, p. 23), por forma a aguçar o gosto pela literatura.

No texto “Alguém move o mar”, o autor revela um dos rituais que, provavelmente, o levou a autodefinir-se (e a ser definido) como um “tudólogo”, dada a sua atenção às novidades livrescas de todo o tipo. Nas palavras do cronista, o livro novo era digno de um cerimonial, como ilustra o excerto:

Comprar um livro era (e continua a ser para mim) uma deambulação por estantes e corredores. Descobrir aquilo que se chama “as novidades” passava por algo que lentamente se tornou uma arte e uma ciência avermelhada de todos os apelos. E sempre houve um bater do coração, um mergulho nas águas perante um livro novo. Comprá-lo, apagar-lhe o preço, levá-lo sofregamente para casa, arrumá-lo provisoriamente na mesa de cabeceira, folheá-lo encostando-o à insónia e ao sono, deixar que a areia se espalhe pelas suas páginas, tudo isto são gestos de um cerimonial que se repete mil vezes ao longo das nossas vidas. (Coelho, 2019, pp. 17-18)

Apesar das deambulações pelos corredores das livrarias e o seu interesse por *tudo*, Prado Coelho era seletivo e contestava a retórica antielitista, pois considerava-a uma “perigosíssima máscara da mediocridade” (Coelho, 2019, p. 67), justificando que

Não se pode falar de um livro de poesia de José Tolentino Mendonça como se ele estivesse no mesmo plano de um

romance de Susanna Tamaro. Um romance de Susanna Tamaro é feito para vender, e a única crítica que se lhe pode fazer é essa: vende ou não vende. (Coelho, 2019, p. 67)

Uma das maiores preocupações é a qualidade do trabalho ou lugar da cultura, pois, segundo a crónica “Suplementos da Cultura”, “se Portugal tem baixos índices de produtividade por falta de formação profissional, tem também índices deploráveis por falta de formação cultural – o que se torna evidente nesse espelho ‘democrático’ que é a televisão” (Coelho, 2019, p. 67).

Num texto oriundo do espólio pessoal, intitulado “Como os jovens vivem a cultura”, Eduardo Prado Coelho faz uma reflexão sobre a dicotomia cultura dos adultos/cultura dos jovens, uma justaposição sem dimensão polémica, sem diálogo e sem linguagem comum. Também neste contexto, a leitura afigura-se como o elemento chave para minimizar tanto o fosso geracional como o de género: é a leitura “que nos faz entender o que o cinema, a música ou a dança e a pintura são e que sentido transportam” (Coelho, 2019, p. 136) e que poderá permitir um pensamento livre. Em “Uma geração rasa”, o cronista, comparando com as gerações mais velhas, traça um retrato da juventude do final do século XX e inícios do século XXI, “cujos valores são fundamentalmente os do espetáculo, do inebriamento sonoro, da performance, da eficácia, da distração e da evasão” (Coelho, 2019, p. 134), “rasa de referências e memórias” (2019, p. 134), por culpa, em parte, de um ensino “obcecado por tudo o que é ‘útil’” (2019, p. 134). Por isso, urge centrar a atenção na relação do Estado com as artes e os criadores de cultura, na construção de políticas culturais conhecedoras da dinâmica da sociedade atual e na formação avançada dos agentes culturais, como na formação de públicos.

As políticas culturais não têm o mesmo direito de antena na imprensa que as políticas sociais ou as políticas económicas. Em diversos momentos, o cronista chama para o debate público o leitor, para que a discussão não se restrinja à esfera política. Na crónica “Haverá políticas para a cultura?”, Eduardo Prado Coelho considera que

As políticas da cultura não pretendem dar um sentido às coisas, mas visam dar condições para que cada um de nós encontre o sentido que procura, e para isso as linguagens com que nos pensamos e sentimos são a melhor garantia de que as

nossas vidas procuram ser mais do que aquilo que encontram”.
(Coelho, 2019, p.50)

Centrando-se no panorama português, Prado Coelho defende, em “Os estereotipodependentes”, o apoio do Estado à criação cultural, pois acredita que

Há áreas culturais, ou tipos de manifestação cultural, que não podem estruturalmente existir sem apoios exteriores (...) há áreas culturais onde a não existência de apoios constitui um atentado à diversidade cultural (...) tal como há subsídios para a investigação nas ciências puras ou nas ciências sociais (que ninguém contesta), a produção do novo que deve ser atribuído à investigação artística implica também a existência de subsídios. (Coelho, 2019, p. 107)

A título de exemplo, o cronista afirma as bolsas de criação que são a condição para que, à semelhança de qualquer investigador, os escritores se possam concentrar na escrita de um romance. Refere ainda alguns exemplos de sucesso, admitindo também casos de insucessos: “Dir-se-á que houve falhanços. Mas não é isso exatamente o que sucede na investigação científica?” (Coelho, 2019, p. 109).

O paradigma cultural de Eduardo Prado Coelho reveste-se de exigência do pensamento e de respeito pelos públicos, mas está ciente que “a cultura é hoje uma dimensão dominante em que está em jogo o que o sujeito faz de si mesmo e a partir de si mesmo, sem que se definam intermediários conscientes e explícitos que tutelem o sujeito” (Coelho, 2019, p. 13), e que a privatização da cultura pode provocar perdas irremediáveis. O paradigma de Coelho presta atenção ao futuro da cultura que passa pela globalização, e denuncia uma estetização do quotidiano, onde “não há propriamente arte, mas uma poeira artística que cobre a realidade”. Prado Coelho defende que a cultura não tem que ter uma política com uma ideologia específica (Coelho, 2019, p. 57) e que a “intervenção do Estado ou o serviço público têm por objetivo corrigir a miopia do mercado” (2019, p. 63). Sobre o financiamento do setor cultural, a cronista denuncia os discursos que combinam “uma espécie de tecnocratismo neoliberal (a literatura deve viver segundo mecanismos de mercado) com uma visão ultrarromântica do estatuto do criador intelectual” (Coelho, 2019, p. 128).

Caberá ao público com formação cultural mediar as leis do mercado e democraticamente apoiar o Estado? O público “gosta apenas de pensar, sentir, compreender”, afirma Prado Coelho, referindo-se ao exemplo do público francês, “que não pretende diplomas, nem fazer carreira” (Coelho, 2019, p. 33), do *Collège International de Philosophie*. Atente-se na crónica “Bach ou RAP?”, numa alusão à democratização das manifestações culturais e à liberdade de escolha do público.

Podemos dizer que no nosso tempo existe uma verdadeira inflação do “cultural”. Por outras palavras, assistimos hoje ao culto do “cultural”. Isso não significa que se viva num espaço público onde a “cultura” tenha uma verdadeira função (Coelho 2019, p. 85).

“Bach e Rap terão de ser a mesma coisa? Terá Bach de nos afastar do Rap?” (Coelho 2019, p. 88). A cultura é sempre um serviço público, do qual todos os cidadãos têm direito de fruir, de acordo com o artigo 78º, “Fruição e criação cultural”⁴, da *Constituição da República Portuguesa*. O cronista, num “espírito de tolerância” (Leitão, 2021), não se cansou de o lembrar.

Considerações finais

A pergunta fácil “O que é cultura hoje?” tem uma resposta difícil, porque a cultura está em constantes transformações. No entanto, sabe-se que, hoje, a pandemia de Covid-19 veio reforçar a necessidade de se discutir em espaço público o que se pretende para a cultura do país e que políticas culturais devem ser construídas para o contexto português.

Eduardo Prado Coelho acompanhou (e pensou) a cultura portuguesa, pelo menos, a partir dos anos 1980-90, essencialmente através das suas crónicas do jornal *Público*. Para os dias de hoje, e para aqueles que têm a memória curta e falta de estima pelo setor

⁴ Cf. Artigo 78.º da Constituição Portuguesa. “Fruição e criação cultural. 1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. 2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio; b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade; c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum; d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro; e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.”

cultural, a (re)leitura é aconselhada. Nas palavras de Lídia Jorge (2015), a razão de defender as Humanidades e a cultura está na “lenda” que há muito tomou forma no discurso social:

A lenda que foi posta a correr é que são inúteis os conhecimentos que não produzem objectos numeráveis concretos, nem asseguram lucros palpáveis imediatos, com resultados positivos, legíveis a cada doze meses, nos balanços de pagamento. Num mundo assim, que lugar para a História, a Filosofia, a Sociologia, as Línguas, a Literatura, as Artes, a Linguística, as Ciências da Cultura, as Ciências da Comunicação, quando aquilo que estas disciplinas produzem é do domínio do imaterial e não entra de imediato no mercado da eficácia? (Jorge, 2015, p. 241)

O contradiscurso em espaço público que parte em defesa das Humanidades é encontrado nas crónicas de Eduardo Prado Coelho, tornando-se num jornalista da cultura a operar num espaço público.

O jornalismo cultural existe? Se existe, o que é ou deve ser? António Mega Ferreira referiu que Eduardo Prado Coelho podia ser lembrado como jornalista. Se um jornalismo cultural existe, pode ser encontrado nas *Crónicas – Política e cultura*, de Eduardo Prado Coelho. Porquê? Segundo a definição de Nuno Pacheco, fundador e antigo diretor do *Público*, em entrevista à TSF, o jornalismo

(...) tem de olhar para cultura a sério e não como mero entretenimento ou mero conteúdo. Sobretudo, é um jornalismo que tem que perceber onde estão os valores, ir atrás deles, tentar perceber o que é novo e andar sobretudo sempre um pouco à frente daquilo que é a realidade, tentar ir um pouco mais além. (Pacheco, 2018, s/p)

E Prado Coelho foi mais além. O cronista deu conta das “novidades” do setor da cultura, mas fundamentando-se ao (seu) jeito académico e científico, suscitando a curiosidade pela procura da cultura (do texto clássico ao cibertexto), apontando novos cenários ou novos caminhos, atalhos e desvios para a compreensão de correntes ou

pensamento(s) de um mundo em ebulição. A partir dos anos 90 do século XX, encetou o debate sobre as políticas culturais, em momentos de clivagens, onde a desvalorização das atividades culturais pairava, onde o fator da rentabilidade imediata ditava um futuro sombrio do setor (que o cronista já antevia).

Em suma, para além da difusão cultural, Prado Coelho cumpriu com uma análise crítica sempre assente nas constantes mudanças da própria cultura e da proliferação das indústrias culturais e criativas. No jornalismo cultural, o espaço de serviço público é a crónica, enquanto género híbrido, pela proximidade com o leitor, pela brevidade e transversalidade de conteúdos (o que difere da ligeireza dos textos de opinião ou da frieza das agendas culturais) e sobretudo pela periodicidade, regular/crónica/constante, que alimenta e não deixa esmorecer o espírito crítico dos leitores. Que outra tipologia textual responde melhor à necessidade constante de pensar a cultura, se se tiver em conta as mudanças quase quotidianas das políticas culturais do país, senão a narrativa breve, sob a forma de crónica? O que é hoje pode não ser amanhã. O importante, como faz transparecer Eduardo Prado Coelho ao longo das *Crónicas – Política e Cultura*, é pensar, sentir e compreender o presente.

Referências bibliográficas

Araújo, A. (2016). *Da direita à esquerda. Cultura e sociedade em Portugal, dos anos 80 à atualidade*. Lisboa: Edições Saída de Emergência.

Baptista, C. (2017) (Ed.). *A cultura na primeira página. Uma década de jornalismo cultural na imprensa em Portugal*. Lisboa: Escritório Editora.

Barrento, J. (2017). O silencioso trabalho das chamas e a pirotecnia cegante. In C. Baptista (Ed.), *A cultura na primeira página. Uma década de jornalismo cultural na imprensa em Portugal* (pp. 87-107). Lisboa: Escritório Editora.

Coelho, E. P. (2004). *A razão do azul*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Coelho, E. P. (2019). *Crónicas – política e cultura*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Constituição da República Portuguesa. Retirado de <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Jorge, L. (2015). “Em defesa das Humanidades”. *Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, O valor das Humanidades*, n. 1, 3ª série, 239-242.

Leitão, A. (2017). *Resistir à cegueira do mundo*. Documentário. Retirado de <https://www.rtp.pt/play/p6866/resistir-a-cegueira-do-mundo-eduardo-prado-coelho>

Mexia, P. (2007). O último crítico. *Jornal Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2007/08/26/jornal/o-ultimo-critico-227379>

Navas, R. (2010). “Estudo para uma antologia crítica de crónicas jornalísticas de autores portugueses do século XX”. *Forma breve* 8. 57-61. Retirado de <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/issue/view/397>

Pacheco, N. (2018). Jornalismo cultural "tem de olhar para a cultura a sério e não como entretenimento". TSF Rádio Notícias. Retirado de <https://www.tsf.pt/cultura/e-um-jornalismo-que-tem-de-olhar-para-a-cultura-a-serio-e-nao-como-entretenimento-9084725.html>

Prata, A. F. (2010). “A crónica como prática narrativa da cidade: entre conservação e acção”. *Forma breve* 8, 23-41. Retirado de <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/6343/4666>

Reis, C. (1998). *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho.

Rotker, S. (2005). *La invención de la crónica*. México: Fondo da Cultura Económica/Fundación para un nuevo periodismo iberoamericano.

Silva, D. S. e Silva, M. T. (2017). Definições, tendências e marcas discursivas do jornalismo cultural. In: C. Baptista (Ed.), *A cultura na primeira página. Uma década de jornalismo cultural na imprensa em Portugal* (pp. 87-107). Escritório Editora.

Tavares, G. M. (2019). *Atlas da do corpo e da imaginação. Teoria, fragmentos e imagens*. Lisboa: Relógio d'Água.